



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24281/2023
Data do Início	28/11/2023
Folha	22
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Processo nº 24281/2023

PARECER GPG N.º 1033/PGM/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 24/2023
ANÁLISE DE LEGALIDADE (RECURSO).

Data: 09/12/2023

I - Relatório

Trata-se o presente de recurso administrativo impetrado pela licitante JPCMAR FORMAÇÃO PROFISSIONAL, PROJETOS E EVENTOS contra decisão do pregoeiro, exarada no curso do processo administrativo nº 243/2023, conforme razões que expõe em sua exordial.

Em suma, a recorrente manifesta o seu inconformismo pelas seguintes razões:

- a) Descumprimento do item E.1 da qualificação técnica;
- b) Descumprimento dos itens 11.2 a 11.4;
- c) Alegação de que a equipe de licitações teria recebido documentos complementares;

É o que cabe relatar.

II - Dos Fatos Apresentados Pela Recorrente

Para efeitos de sistematização, a manifestação deste órgão jurídico abordará os aspectos elucidados pelo recorrente em itens minudenciados, conforme abaixo destacado.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24281/2023
Data do Início	28/11/2023
Folha	23
Rubrica	9

II. 1 – Do descumprimento do item E.1 da qualificação técnica

A recorrente afirma que a uma das empresas habilitadas não atendeu aos requisitos em todos os cursos que foi lograda vencedora (itens 1, 2, 3, 5, 6 e 7).

Em análise prévia, esta Especializada indagou às fls. 679/680 sobre a adequação do menor preço por item, correlacionando tal decisão ao objeto pretendido (“promoção de cursos”). Nessa senda, tornou-se por inevitável referir-se ao artigo 67 da lei 14.133/21, a tratar da parcela de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, caso fosse decidido pela utilização do menor preço global.

Em ato contínuo, a Secretaria de Trabalho ratificou o entendimento no sentido de que seria utilizado o menor preço por item, razão pelo qual inseriu no item E.3 (fl. 783) a exigência de atestado de capacidade técnica de no mínimo 16% para cabeleireiro e 4% para barbeiro (fl. 783). Sobre o tema, este órgão jurídico foi claro no Parecer GPG nº 674/PGM/2023, no sentido de que “em observância ao preceito da competitividade, sugerimos que seja excluído o item E.3 e substituído pela exigência de percentual de atestados, no limite máximo de até 50% nos itens em que o licitante participar, tendo em vista que na licitação por item trata-se de licitações individualizadas, aspecto também a ser retificado no Termo de Referência”.

Nesse sentido, o item E.1 exige em sua parte final que “a comprovação da capacidade técnica será exigida individualizadamente para os itens que o licitante irá participar, no limite de 10%”.

Dessa forma, sobre o tema, reportamo-nos a todo considerado no parecer prévio, devendo ser certificado pelo órgão competente se a documentação apresentada a título de capacidade técnica possui similaridade com o item que o licitante participa, no limite percentual especificado no instrumento convocatório, aspecto este que é comando literal do Edital.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24281/2023
Data do Início	28/11/2023
Folha	24
Rubrica	

II.2 - Do descumprimento dos itens 11.2 a 11.4

Ao compulsar os autos, verifica-se que a menção apresentada pelo Recorrente refere-se aos itens 11.2 a 11.4 do Termo de Referência, a tratar do “modelo de execução contratual”. É de se consignar que a exigência refere-se à fase contratual e sua respectiva execução, e não correlacionado à etapa da licitação, não se vislumbrando como requisito de qualificação técnica, constante no item 13 do Edital.

Aliás, o artigo 9º, inciso I, alínea ‘b’, da lei 14.133/21 afirma que é vedado estabelecer preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes, consagrando o princípio da indistinção. Por sua vez, não há impeditivos para que se estabeleça a exigência de que o licitante vencedor se comprometa cumprir no curso da contratação e da execução as exigências constantes no item 11 do Termo de Referência.

Por conseguinte, o artigo 6º, inciso XXIII, alínea ‘e’ da lei 14.133/21, ao tratar do modelo de gestão do contrato reza que este “consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento”.

Logo, não se pode confundir o modelo de execução contratual com requisitos de habilitação ou demais exigências impeditivas para a participação de licitantes. Esta última hipótese seria vedada pelo ordenamento, e não parece o caso da exigência constante no item 11 do termo de referência.

II.3 – Da alegação de admissão de documentações suplementares

No que se refere ao elucidado em fl. 09, é necessário reiterar que o artigo 64, inciso I, da lei 14.133/21 expressamente respalda a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24281/2023
Data do Início	28/11/2023
Folha	25
Rubrica	9

Assim, o que o legislador expressamente veda é a substituição ou a apresentação de novos documentos após a sua entrega para habilitação, quando não for o caso de documentação complementar e apuratórios de fatos preexistentes ou de atualização e documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Traz-se a lume o texto legal:

“Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas”.

Tendo como base a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a vedação à inclusão de documento que deveria constar originariamente da proposta impede a anexação de documentos os quais o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação. Por conseguinte, possibilita-se a excepcionalíssima inclusão de documentos que se limitem a atestar condição pré-existente à abertura da sessão, consoante precedente abaixo transcrito:

“REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24281/2023
Data do Início	28/11/2023
Folha	26
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro." (grifo nosso) (Acórdão 1211/2021, Plenário, Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues).

Logo, com base na legislação e jurisprudência retratada, para a decisão estar devidamente respaldada no ordenamento jurídico, deverá ser certificado pelo órgão competente se eventuais documentos apresentados após a apresentação da proposta foram:

- meramente complementares às informações já apresentadas em documentos preteritamente remetidos pelos licitantes, não se evidenciando como documento novo;
- são necessários para apuração de fatos existentes à época da abertura do certame;
- os documentos não alteram a substância das propostas anteriormente apresentadas;
- deve constar decisão fundamentada do pregoeiro, para admitir a documentação apresentada, observados os demais requisitos apresentados.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	24281/2023
Data do Início	28/11/2023
Folha	27
Rubrica	

Impende ressaltar que os atos administrativos possuem presunção de legitimidade. Dessa forma, as alegações e diligências realizadas por agentes públicos possuem presunção relativa de veracidade (*iuris tantum*). Com isso, ocorre o “efeito da inversão do ônus da prova, cabendo a quem alegar não ser o ato legítimo a comprovação da ilegalidade” (CARVALHO FILHO. José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 23. ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 133-134).

III - CONCLUSÃO

Desta forma, em relação aos questionamentos apresentados, cabe à autoridade competente proferir a decisão quanto ao pedido, devidamente justificada e fundamentada, **sendo a presente manifestação de caráter orientador e opinativo.**

Este é o entendimento. À CPL,

Villy Teixeira Silva

Assessor

Mat. 106.264

Fabricio Monteiro Porto

Procurador-Geral do Município